

XII

Capacitação

Centro de Formação
da Corte IDH



XII. Capacitação - Centro de Formação da Corte IDH

Em 2022, a Corte Interamericana iniciou formalmente o processo de centralização de todas as suas atividades formativas, o que denominou de Centro de Formação (doravante, CDF). Este espaço, voltado para a capacitação sobre a jurisprudência da Corte IDH e dirigido a instituições públicas e ao público em geral, possui três componentes: uma sala de áudio e vídeo, um ambiente para formação online (um site e uma sala de aula virtual) e espera-se, no futuro, contar com instalações físicas. Durante o ano de 2023, completou-se a instalação dos equipamentos tecnológicos da sala de áudio e vídeo, colocando este espaço em funcionamento. Em 10 de dezembro, foi lançado o site e a Sala de Aula Virtual do CDF, que inclui, em uma primeira etapa, a implementação de 28 cursos autoinstrutivos, 18 patrocinados pela cooperação suíça e 10 pela cooperação sueca.

Durante 2023, a Corte IDH e seu Centro de Formação realizaram mais de 23 processos de formação presenciais, híbridos e virtuais em direitos humanos sobre diferentes temas de sua jurisprudência, utilizando diversos recursos e metodologias. Neste ano, a inscrição nos cursos da Corte IDH foi massiva (superando mais de 27.000 inscrições) e, contando apenas aqueles que concluíram todos os cursos finalizados até dezembro de 2023, foram capacitadas 5.084 pessoas. É importante destacar que, quase em sua totalidade, essas pessoas são provenientes de instituições de justiça e órgãos estatais vinculados à proteção dos direitos humanos nos Estados parte.

Quanto às atividades formativas presenciais e híbridas, foram desenvolvidos 8 processos formativos em cinco Estados parte, no âmbito, entre outros, de projetos de cooperação da Suíça e da Comissão Europeia. Essas atividades de formação contaram com a participação de 365 pessoas.

Por outro lado, foram realizadas 14 capacitações virtuais (11 autoinstrutivas e 3 síncronas) que foram concluídas por 4.799 pessoas (considerando apenas as síncronas). Nesses processos de formação virtual em diferentes modalidades (síncrona e assíncrona), estão aqueles feitos em benefício da Suprema Corte de Justiça da Província de Buenos Aires (Argentina), os Ministérios Públicos da região (coorganizados com a Associação Argentina de Promotores) e as Defensorias Públicas da região (coorganizadas com o Ministério Público de Defesa da Argentina e a FLACSO).

Em 2023, trabalhou-se na elaboração de 28 cursos autoinstrutivos, 24 em espanhol, 3 em inglês e 1 em português.

Com o apoio da cooperação internacional, espera-se que nos próximos três anos a Sala de Aula Virtual do Centro de Formação tenha 30 cursos autoinstrutivos em português e 21 em inglês, além de iniciar a tradução para o francês dos cursos autoinstrutivos mais importantes. Os cursos da Sala de Aula Virtual do Centro de Formação da Corte IDH, nas suas primeiras 48 horas de existência, receberam mais de 2.300 inscrições de pessoas de 24 países.

Para desenvolver todas essas atividades, contamos com uma equipe de especialistas em Direito Internacional dos Direitos Humanos. Em 2023, como é habitual desde 2018, o corpo docente foi composto por 66% de mulheres e 33% de homens. A seguir, são fornecidas informações específicas sobre os diversos processos de formação realizados pela Corte IDH.

Para saber mais sobre o Centro de Formação da Corte, acesse [aqui](#)

A. | Formação presencial e híbrida

1. Atividades de capacitação dos projetos da Agência Suíça para o Desenvolvimento e Cooperação (COSUDE, Fase III)

Uma parte substancial do projeto que a Corte IDH implementou com o apoio da COSUDE visava fortalecer os poderes judiciários, os ministérios públicos, as defensorias públicas, as procuradorias de direitos humanos e outras instituições-chave para a proteção dos direitos humanos em El Salvador, Guatemala e Honduras.

1.1 Diploma de Atualização sobre a Jurisprudência da Corte Interamericana de Direitos Humanos

O Diploma de Atualização sobre a Jurisprudência da Corte Interamericana de Direitos Humanos é um processo formativo que se realiza em aproximadamente dois (2) meses e que aprofunda as principais linhas jurisprudenciais do Tribunal, com ênfase nos padrões jurisprudenciais de acesso à justiça (artigos 8 e 25 da Convenção Americana).

A ação formativa é direcionada a funcionários do Poder Judiciário, do Ministério Público, da Defensoria Pública, das Procuradorias e de outros atores-chave na proteção dos direitos humanos no âmbito estatal.

A metodologia híbrida permite que as pessoas participem presencialmente de dois (2) módulos de dois (2) dias de aulas presenciais cada um — a primeira e a terceira parte do Diploma —, e um (1) módulo virtual autoinstrutivo de quatro (4) semanas — a segunda parte — que inclui dezesseis (16) palestras gravadas por advogados da Corte e materiais de leitura disponíveis na plataforma de capacitações da Corte IDH.

No total, são ministradas aproximadamente mais de 50 horas de formação.

Durante 2023, foram realizados Diplomas de Atualização nos seguintes países:

a. Honduras

De 10 de maio a 9 de agosto, a Corte realizou, em Tegucigalpa, Honduras, a V Edição do Diploma de Atualização. Este Diploma contou com a participação ativa de 62 funcionários da administração da justiça.

A inauguração do Diploma esteve a cargo do Presidente da Corte Interamericana, Juiz Ricardo C. Pérez Manrique, que destacou a importância dos processos formativos em direitos humanos para os operadores da administração da justiça. Além disso, participaram a advogada Francisca Villela Zavala, Magistrada da Sala Constitucional da Suprema Corte de Justiça de Honduras, e a advogada Elsa Calderón Godoy, Diretora da Escola Judicial “Dr. Francisco Salomón Jiménez Castro”. Os módulos presenciais do Diploma foram realizados nas instalações da Escola Judicial de Honduras.

Para saber mais detalhes, acesse [aqui](#)

b. El Salvador

De 16 de maio a 15 de agosto, a Corte celebrou em San Salvador, El Salvador, o V Programa de Atualização sobre a Jurisprudência da Corte. Esse curso contou com a participação ativa de 28 funcionários do Poder Judiciário, do Ministério Público, da Procuradoria Geral da República, da Defensoria Pública e da Procuradoria para a Defesa dos Direitos Humanos, entre outros funcionários chave para a proteção dos direitos humanos em El Salvador.

A inauguração foi realizada pelo Secretário da Corte Interamericana, Pablo Saavedra Alessandri, que destacou o apoio dos órgãos da administração da justiça que ininterruptamente realizaram o processo

formativo desde o ano de 2019. Participou também a advogada Bessy Aguirre de Flores, Diretora em funções da Escola de Capacitação Judicial “Dr. Arturo Zeledón Castrillo”.

Os módulos presenciais do Diploma foram desenvolvidos nas instalações da Escola de Capacitação Judicial.

Para saber mais detalhes, acesse [aqui](#).

1.2 II Curso Específico sobre os Direitos das Mulheres na Jurisprudência da Corte Interamericana de Direitos Humanos

No contexto da execução da terceira fase do projeto (2022-2024), financiado pela Agência Suíça para o Desenvolvimento e Cooperação (COSUDE), o Tribunal realizou em 2023 o II Curso Específico sobre os Direitos Humanos das Mulheres na Jurisprudência da Corte Interamericana de Direitos Humanos em Honduras e El Salvador.

Esse curso está inserido nos processos formativos de curta duração em que os participantes têm a oportunidade de assistir presencialmente a dois dias de aulas com especialistas no assunto. Essa atividade busca fortalecer as capacidades institucionais da administração da justiça através da capacitação de seus funcionários sobre os padrões jurisprudenciais da Corte IDH sobre os direitos humanos das mulheres.

Os cursos incluíram mais de 14 horas de trabalho teórico, por meio de aulas presenciais nas quais foram apresentadas as linhas jurisprudenciais mais relevantes da Corte IDH na matéria. Além disso, os participantes puderam interagir com os docentes em rodadas de perguntas e respostas e tiveram acesso à bibliografia obrigatória e sugerida que complementou o curso.

a. Honduras

Em 10 e 11 de agosto, a Corte realizou em Tegucigalpa, Honduras, o II Curso sobre direitos humanos das mulheres. A ação formativa ocorreu na Escola Judicial de Honduras “Francisco Salomón Jiménez Castro” e contou com a participação de 27 funcionários da administração da justiça, incluindo o Poder Judiciário, Ministério Público Geral da República, a Defensoria Pública e a Procuradoria Geral da República, entre outras instituições chave para a proteção dos direitos das mulheres no país.

Para mais detalhes, acesse [aqui](#).

b. El Salvador

Em 17 e 18 de agosto, a Corte realizou o II Curso sobre direitos humanos das mulheres em San Salvador, El Salvador. A ação formativa teve lugar na Escola de Capacitação Judicial “Dr. Arturo Zeledón Castrillo” e foi inaugurada pela advogada Bessy Aguirre de Flores, diretora da instituição formativa vinculada ao Conselho Nacional da Magistratura (CNJ), contando com a participação de 40 funcionários da administração da justiça, incluindo o Poder Judiciário, o Ministério Público Geral da República e a Procuradoria Geral da República, entre outras instituições chave para a proteção dos direitos de mulheres, meninas e adolescentes no país.

Para mais detalhes, acesse [aqui](#).

2. Curso “Atualização sobre a Jurisprudência da Corte Interamericana de Direitos Humanos”, Escola Judicial, Costa Rica

Entre 8 de junho e 13 de julho, no contexto do Curso de Formação Inicial para Candidatos à Magistratura (FIAJ) da Escola Judicial da Costa Rica, foi ministrado o Módulo de Tutela dos Direitos Humanos com sua terceira edição do curso “Atualização sobre a Jurisprudência da Corte Interamericana de Direitos Humanos”. Essa atividade contou com a participação de 13 candidatas à magistratura da Costa Rica.

O processo formativo consistiu de três módulos, um presencial e dois virtuais (um síncrono e outro assíncrono), nos quais os participantes puderam atualizar e aprofundar seus conhecimentos sobre a jurisprudência do Tribunal em diferentes matérias. A inauguração da atividade ficou a cargo da Juíza Nancy Hernández López e da Diretora da Escola Judicial, Adv. Rebeca Guardia Morales. Esta atividade de formação em direitos humanos está inserida no acordo de colaboração entre a Corte Interamericana e a Escola Judicial Lic. Édgar Cervantes Villalta do Poder Judiciário da Costa Rica.

3. Curso para funcionários da Jurisdição Especial para a Paz (JEP) - Colômbia

Em 11 de outubro, no contexto do 162º Período Ordinário de Sessões realizado em Bogotá, Colômbia, foi realizada uma capacitação juntamente com a Jurisdição Especial para a Paz (JEP), em benefício dessa última instituição, sobre a jurisprudência da Corte.

O curso foi inaugurado pelo Dr. Alexei Julio Estrada, Diretor Jurídico da Corte IDH, que ministrou uma conferência magistral sobre o “Panorama geral das contribuições do Direito Internacional dos Direitos Humanos para o cumprimento do mandato da JEP”. Adicionalmente, foram abordados diversos aspectos do Sistema Interamericano e da Corte Interamericana de Direitos Humanos e de sua jurisprudência. Além disso, foram desenvolvidas três mesas de diálogo e discussão sobre a reparação integral, o controle de convencionalidade, e os padrões interamericanos de investigar, julgar e sancionar graves violações aos direitos humanos.

A capacitação ocorreu nas instalações da JEP e contou com a participação presencial de 70 pessoas, incluindo magistrados e magistradas, auxiliares da jurisdição e pessoal jurídico das salas. Além disso, o evento teve a participação do Magistrado Roberto Carlos Vidal López, Presidente da Jurisdição Especial para a Paz; das Magistradas Alexandra Sandoval Mantilla e Xiomara Balanta Moreno, Presidenta e Vice-Presidenta da Sala de Anistia ou Indulto da JEP; do magistrado Oscar Parra Vera, membro da Sala de Reconhecimento da Verdade, de Responsabilidade e de Determinação dos Fatos e Condutas da JEP; da Magistrada auxiliar Ana María Mondragón Duque; do Magistrado Auxiliar, Juan Pablo Cardona Chávez; do advogado da JEP Santiago Medina Villareal, da advogada Juana María Ibáñez Rivas e da Relatora Geral da JEP Dilia Lozano Suárez. O curso foi transmitido pelos canais internos da JEP, onde foi acompanhado virtualmente por funcionários de sua sede em Bogotá.

4. Curso para o Colégio de Profissionais em Psicologia da Costa Rica

Nos dias 12, 17 e 19 de outubro, a Secretaria da Corte, juntamente com o Colégio de Profissionais em Psicologia da Costa Rica, organizou uma capacitação para um grupo de 10 profissionais dessa disciplina, selecionados pelo Colégio, que serão responsáveis por fornecer o serviço de acompanhamento psicológico para declarantes perante a Corte IDH. A capacitação foi realizada por meios virtuais e presencialmente na sede do Tribunal e abordou, entre outros temas, uma introdução ao funcionamento da Corte IDH, ao seu procedimento e às audiências públicas. Em acordo com o Colégio, decidiu-se fortalecer a capacitação e realizar no início de 2024 um segundo módulo para reforçar os conhecimentos jurídicos e as questões relativas ao acompanhamento psicológico por parte dos profissionais participantes.

5. Capacitação Regional sobre Inteligência Artificial e o Estado de Direito – UNESCO – Costa Rica

O Centro de Formação da Corte IDH coorganizou o evento Capacitação Regional sobre Inteligência Artificial e o Estado de Direito, uma iniciativa do Escritório Regional da UNESCO.

O curso foi realizado na sede do Tribunal de 15 a 17 de novembro de 2023 e abordou, entre outros temas, uma introdução à Inteligência Artificial (IA) e ao Estado de Direito, a adoção de IA no setor judiciário, os desafios

legais e éticos do desdobramento da IA no setor, e direitos humanos e IA: governança, regulação e políticas. A pedido do Centro de Formação da Corte IDH, foram convidados representantes das Escolas Judiciais que integram a Rede Iberoamericana de Escolas Judiciais (RIAEJ).

6. Curso “Cumprimento de Sentenças da Corte IDH e políticas públicas para sua implementação”

Em 27 de novembro, a Corte e o Instituto de Políticas Públicas em Direitos Humanos (IPPDH) do MERCOSUL coorganizaram a 1ª Edição do Curso Internacional “Cumprimento de Sentenças da Corte IDH e políticas públicas para sua implementação”. O curso tem duração de 11 semanas em um formato misto (virtual e presencial), com conferências virtuais síncronas e uma semana presencial em Buenos Aires, Argentina, de 5 a 9 de fevereiro de 2024. O corpo docente é composto por profissionais da Secretaria da Corte IDH, especialistas no Sistema Interamericano e no design e implementação de políticas públicas com foco em direitos humanos do IPPDH.

Esse curso foi coorganizado no contexto de um acordo assinado em 2023 entre ambas as instituições com o objetivo de “impulsionar ações coordenadas, facilitar e incentivar a colaboração mútua para promover a abordagem de direitos humanos nas políticas públicas dos países do MERCOSUL”. O objetivo do curso é capacitar os participantes sobre as diferentes formas de reparação ordenadas pela Corte IDH em suas sentenças, o procedimento e mecanismos que esta utiliza para a supervisão de seu cumprimento, e a incidência que pode ter o design e a implementação de políticas públicas com foco em direitos humanos por parte dos Estados na implementação das reparações. Além disso, visa facilitar a troca de experiências em relação às boas práticas, desafios e resolução de problemas que surgem na implementação das reparações ordenadas nas sentenças e busca formar em gestão de políticas públicas a partir de uma perspectiva de direitos humanos, tudo isso em um espaço de discussão e reflexão.

Nessa primeira edição, participaram mais de 80 pessoas, de diferentes países da região, selecionadas entre mais de 1.900 inscrições. Entre os participantes selecionados estão agentes estatais ou pessoas que trabalham em instituições que exercem a representação jurídica dos Estados nos processos perante a Corte IDH; funcionários públicos responsáveis pela implementação ou execução de medidas de reparação ordenadas pela Corte IDH; responsáveis pelo design, direção e execução e avaliação das reparações ordenadas pela Corte IDH, de instituições nacionais de direitos humanos dos Estados Parte na Convenção Americana com interesse em influenciar internamente no cumprimento das reparações ordenadas pela Corte IDH; representantes de supostas vítimas e vítimas em processos perante o Sistema Interamericano, defensores públicos interamericanos, pessoas da sociedade civil e da academia com interesse na implementação das reparações ordenadas pela Corte IDH e na fase de supervisão de cumprimento de sentença.

B. | Formação virtual

1. Cursos Autoformativos Online do Projeto de Fortalecimento Institucional da Corte IDH para Otimização de suas Capacidades (ASDI)

Em 15 de fevereiro de 2023, graças ao apoio da cooperação sueca, a Corte IDH lançou três cursos sobre temas básicos de Direito Internacional dos Direitos Humanos: “Introdução ao Sistema Interamericano de Direitos Humanos e à Corte Interamericana de Direitos Humanos”, “Acesso e procedimento perante a Comissão e a Corte Interamericanas de Direitos Humanos”, e uma introdução sobre “O direito à igualdade e o princípio da não discriminação”.

A chamada para inscrição nesses três cursos ocorreu de 21 de dezembro de 2022 a 30 de janeiro de 2023, período no qual cerca de 13 mil pessoas se inscreveram. No entanto, até 13 de fevereiro, continuaram recebendo solicitações, o que levou à decisão de expandir a chamada e incluir outras 3.000 pessoas que se inscreveram após o prazo inicial. Dessa forma, mais de 16.000 pessoas se inscreveram nos três cursos auto formativos.

Cada curso é composto por 10 videoaulas ministradas por um especialista e leituras e outros materiais de apoio disponíveis no site do Centro de Formação inaugurado em 2023.

2. Curso “Defesa Pública em Equidade. Perspectivas de Gênero e Interseccionalidade para uma Atuação Eficaz”, Defensoria Geral da Nação, Argentina, FLACSO e Fundação Konrad Adenauer

Entre 2 de maio e 11 de junho de 2023, foi realizada de forma virtual assíncrona a segunda edição do curso “Defesa Pública em Equidade: perspectivas de gênero e interseccionalidade para uma atuação eficaz. Uma experiência virtual de aprendizado e experimentação”, organizada pela Corte Interamericana de Direitos Humanos, o Ministério Público de Defesa da Argentina e FLACSO, com o apoio da Fundação Konrad Adenauer. O curso contou com a participação ativa de 22 defensores/as públicos oficiais e funcionários/as das defensorias públicas de Argentina, Brasil, Paraguai, República Dominicana, Chile, Honduras, Costa Rica, México, Peru, Uruguai, Equador e Panamá. A tutoria do curso foi realizada por pessoal da Secretaria da Corte IDH e do Ministério de Defesa Pública da Argentina.

O curso incluiu 30 horas, distribuídas em 6 semanas, com 8 atividades online que se basearam no trabalho com casos hipotéticos relacionados aos direitos humanos das mulheres, narrados de forma multimídia. O conteúdo dos casos hipotéticos permitiu aplicar a perspectiva de gênero ao examinar, por meio de jogos de simulação de papéis, o acesso a vários direitos fundamentais pelas mulheres protagonistas dos casos, tais como as garantias do devido processo, o direito à defesa técnica adequada, o direito à protesta e o direito à integridade pessoal, entre outros. O objetivo de cada atividade foi promover que cada participante estudasse, explorasse alternativas, tomasse decisões e refletisse sobre sua própria ação ao intervir na defesa pública do caso.

O curso também ofereceu um amplo repertório de instrumentos internacionais e sentenças da Corte Interamericana de Direitos Humanos relativos aos direitos das mulheres a partir de uma perspectiva prática, facilitando a aplicação dos padrões interamericanos como ferramenta da defesa pública.

3. Curso “Padrões Internacionais para Emissão e Revisão de Medidas Coercitivas”, Suprema Corte de Justiça da Província de Buenos Aires, Argentina

De 16 de agosto a 13 de setembro de 2023, foi realizado o curso virtual “Padrões Internacionais para Emissão e Revisão de Medidas Coercitivas”, organizado pelo Centro de Formação da Corte Interamericana de Direitos Humanos, o Instituto de Estudos Judiciais da Suprema Corte de Justiça da Província de Buenos Aires, Argentina, o Ministério Público provincial e a Autoridade de Implementação e Acompanhamento do Programa de Cumprimento da Sentença “Verbitsky”. Esse curso foi dirigido a mais de 4.000 funcionários de diversas instituições judiciais da Província de Buenos Aires.

O curso foi ministrado por dois advogados da Secretaria da Corte IDH, seu Diretor Jurídico e a Secretária Adjunta do Tribunal. É importante destacar que o curso foi declarado obrigatório pela Suprema Corte da Província de Buenos Aires e disponibilizado em um site de treinamento, permitindo que aqueles que inicialmente não o fizeram, bem como os novos ingressados no judiciário, possam realizá-lo. Até dezembro de 2023, 6.205 funcionários da administração de justiça provincial se inscreveram no curso e 4.575 foram aprovados.

4. Curso “A Corte Interamericana de Direitos Humanos e o Ministério Público”, Associação Argentina de Promotores, Argentina

De 11 de outubro a 1 de novembro de 2023, foi realizado o curso “A Corte Interamericana de Direitos Humanos e o Ministério Público”, organizado pelo Centro de Formação da Corte IDH e pela Associação Argentina de Promotores (Asociación Argentina de Fiscales, AAF). Mais de 1.400 pessoas de 13 estados da região inscreveram-se nesse curso virtual síncrono, com uma média de mais de 300 promotores e membros dos Ministérios Públicos participando das sessões, dos quais 202 completaram todo o processo. O corpo docente do curso incluiu duas advogadas e um advogado da Secretaria, a professora e ex-promotora colombiana Dra. Angela Buitrago, e o então Presidente da Corte IDH, Ricardo C. Pérez Manrique.

5. Primeira edição do Curso Internacional “Cumprimento de Sentenças da Corte IDH e Políticas Públicas para sua Implementação”

No dia 27 de novembro de 2023, começou a 1ª Edição do Curso Internacional “Cumprimento de Sentenças da Corte IDH e Políticas Públicas para sua Implementação”, coorganizado pela Corte Interamericana e pelo Instituto de Políticas Públicas em Direitos Humanos (IPPDH) do MERCOSUL. O curso tem duração de 11 semanas em um formato misto (virtual e presencial), com conferências virtuais síncronas e uma semana presencial em Buenos Aires, Argentina, de 5 a 9 de fevereiro de 2024. No capítulo sobre Capacitações do presente Relatório (infra) há mais informações sobre este curso. A equipe docente é composta por profissionais da Unidade de Supervisão de Cumprimento de Sentenças da Secretaria da Corte IDH, especialistas no Sistema Interamericano e no desenho e implementação de políticas públicas com foco em direitos humanos do IPPDH.

Este curso foi coorganizado no âmbito de um acordo assinado em 2023 entre as duas instituições com o objetivo de “impulsionar ações coordenadas, facilitar e incentivar a colaboração mútua para promover o enfoque de direitos humanos nas políticas públicas dos países do MERCOSUL”.

O objetivo do curso é capacitar os participantes sobre as diferentes formas de reparação que a Corte IDH ordena em suas Sentenças, o procedimento e mecanismos que esta utiliza para a supervisão de seu cumprimento, e a incidência que pode ter o desenho e a implementação de políticas públicas com foco em direitos humanos por parte dos Estados na implementação das reparações. Além disso, pretende facilitar a troca de experiências quanto às boas práticas, desafios e resolução de problemas que se apresentam na implementação das reparações ordenadas nas Sentenças. Também busca formar em gestão de políticas públicas de uma perspectiva de direitos humanos, tudo isso no âmbito de um espaço de discussão e reflexão.

Nesta primeira edição participaram mais de 80 pessoas, de diferentes países da região, escolhidas entre mais de 1900 candidaturas. Entre as pessoas selecionadas encontram-se agentes estatais ou pessoas que trabalham em instituições que exercem a representação legal dos Estados nos processos perante a Corte IDH; funcionários públicos responsáveis pela implementação ou execução de medidas de reparação ordenadas pela Corte IDH; funcionários públicos responsáveis pelo desenho, direção e execução e avaliação das reparações ordenadas pela Corte IDH; funcionários de instituições nacionais de direitos humanos dos Estados Parte na Convenção Americana com interesse em incidir internamente no cumprimento das reparações ordenadas pela Corte IDH; representantes de supostas vítimas e vítimas em processos perante o Sistema Interamericano; defensores públicos interamericanos, e pessoas da sociedade civil e da academia com interesse na implementação das reparações ordenadas pela Corte IDH e na etapa de supervisão de cumprimento de sentença.

C. Centro de Formação da Corte Interamericana de Direitos Humanos

Durante o ano de 2023, a Corte continuou o processo de estabelecimento de um Centro de Formação em Direitos Humanos. A este respeito, os esforços concentraram-se em:

- ▶ O estabelecimento de uma sala de gravação de áudio, vídeo e televisão usada para a produção de recursos audiovisuais e como canal de televisão do Tribunal para transmitir eventos formativos ao vivo, gravar aulas e outros recursos de formação com alta qualidade;
- ▶ O desenvolvimento e implementação de uma Sala de Aula Virtual e um site onde são oferecidos cursos autoformativos e recursos didáticos para a promoção e educação em direitos humanos, e
- ▶ A produção, em uma primeira etapa, de 28 cursos autoformativos adicionais sobre as diferentes linhas jurisprudenciais da Corte com o objetivo de atender e ampliar a crescente demanda por capacitação que o Tribunal recebe.

1. Sala de gravação de áudio, vídeo e televisão

Graças à cooperação suíça, foi adquirido o equipamento tecnológico profissional para a produção e pós-produção de material audiovisual — como câmeras profissionais, iluminação, microfones, sistemas de áudio e computação, licenças de software para edição de vídeo.

Durante os primeiros meses de 2023, foram realizadas adequações pertinentes para estabelecer o set/sala de gravação e foi realizada uma capacitação sobre o uso dos equipamentos tecnológicos dirigida ao pessoal dos departamentos de Tecnologias da Informação, Comunicações e Cooperação Internacional. No decorrer desse ano, foi concluída a instalação do set com a aquisição dos recursos tecnológicos finais, graças a uma nova contribuição da cooperação suíça.

Desde sua instalação, o set de gravação, áudio e televisão tem sido usado na gravação de entrevistas — como parte da produção de conteúdo para o Centro de Formação — do canal de televisão do Tribunal, Corte IDH TV, e na gravação de videoaulas de um curso autoformativo. Este espaço será utilizado para produzir novos recursos audiovisuais de qualidade para a promoção, divulgação e capacitação sobre os padrões jurisprudenciais da Corte.

2. Sala de Aula Virtual e novo site do CDF

Um aspecto central do novo Centro de Formação da Corte é sua Sala de Aula Virtual (AV), que constitui um espaço virtual dedicado ao desenvolvimento de processos de capacitação focados nas linhas jurisprudenciais da Corte.

Durante 2023, a Corte trabalhou na criação, desenvolvimento e implementação dessa plataforma e de um novo site, que foi lançado em 10 de dezembro de 2023.¹⁹⁹

199 Site do Centro de Formação da Corte IDH: <https://www.corteidh.or.cr/cdf/index.html>.



CLASE 2



**LA CONVENCIÓN SOBRE
LOS DERECHOS DEL NIÑO:
PREÁMBULO, ESTRUCTURA Y
PRINCIPIOS FUNDAMENTALES**

En esta clase se abordarán los siguientes contenidos:

- Igualdad y no discriminación
- Vida, supervivencia y desarrollo
- Interés superior
- Participación



3. Produção de cursos autoformativos

A produção dos cursos autoformativos do catálogo da Sala de Aula Virtual começou no final de 2022 com a preparação e gravação dos três cursos patrocinados pela cooperação sueca, publicados em fevereiro de 2023. A esses, somaram-se, com o apoio do mesmo doador, a produção de três cursos em inglês e um em português, que serão publicados em 2024.

Esse trabalho continuou ao longo de 2023 graças à cooperação suíça, com a qual se acordou a produção de outros 18 cursos autoformativos em espanhol sobre as diversas linhas jurisprudenciais do Tribunal. A esses, adicionaram-se, a partir do segundo semestre, três outros cursos por conta da cooperação sueca. Dessa forma, durante 2023, a Corte IDH trabalhou na produção de 28 cursos autoformativos, dos quais 11 foram publicados em 10 de dezembro de 2023 e o restante estava em produção até 31 de dezembro de 2023. Durante o ano de 2023, os seguintes cursos autoformativos foram oferecidos na Sala de Aula Virtual:

NO.	NOME DO CURSO	LANÇAMENTO
1	Introdução ao Sistema Interamericano de Direitos Humanos	13 fev 2023
2	Acesso e procedimento à Comissão e Corte Interamericana de Direitos Humanos	13 fev 2023
3	Igualdade e não discriminação I	13 fev 2023

NO.	NOME DO CURSO	LANÇAMENTO
4	Igualdade e não discriminação II	10 dez 2023
5	Pessoas com deficiência	10 dez 2023
6	Povos indígenas e tribais	10 dez 2023
7	Liberdade de expressão	10 dez 2023
8	Direito à vida	10 dez 2023
9	Direito à liberdade pessoal	10 dez 2023
10	Crianças e adolescentes	10 dez 2023
11	Direitos humanos das mulheres	10 dez 2023

Com o objetivo de aprimorar os processos formativos desenvolvidos pelo CDF e apoiar o fortalecimento das capacidades de capacitação da Corte IDH a médio e longo prazo, em novembro de 2023, iniciou-se a execução de uma assessoria pedagógica a cargo da Fundação da Universidade Estatal a Distância para o Desenvolvimento e Promoção da Educação a Distância (FUNDEPREDI). Essa assessoria tem como finalidade a revisão dos programas de estudo, videoaulas e materiais didáticos produzidos — e em produção — do CDF da Corte IDH; a identificação de áreas de melhoria, a elaboração de propostas de melhoria e o acompanhamento, com base em sua expertise, para a otimização geral dos aspectos pedagógicos dos cursos autoformativos.

4. I Encontro sobre a Formação em Direitos Humanos nas Faculdades de Direito da Região

Nos dias 30 e 31 de outubro, realizou-se na sede da Corte o I Encontro sobre a Formação em Direitos Humanos nas Faculdades de Direito da região. Esse encontro contou com a participação de Decanos e outras altas autoridades de universidades de Honduras, El Salvador, Guatemala e Costa Rica. Permitiu a formação de uma Rede de Faculdades de Direito da Região e o Centro de Formação da Corte IDH para desenvolver diversas atividades conjuntas a partir de 10 de dezembro, data de lançamento da Sala de Aula Virtual do CDF-Corte IDH. Essa atividade foi possível graças ao apoio da Agência Suíça para o Desenvolvimento e Cooperação COSUDE.

5. Incorporação do Centro de Formação como parte da Rede Ibero-Americana de Escolas Judiciais – RIAEJ

Em 12 de novembro, o Centro de Formação da Corte foi incorporado à Rede Ibero-Americana de Escolas Judiciais. A decisão foi adotada por unanimidade das Escolas Judiciais participantes na XII Assembleia Geral, realizada na cidade de León, Espanha. Como parte dessa integração, o Centro de Formação propôs à RIAEJ a formulação de um programa básico de formação sobre a Corte em benefício das escolas judiciais que integram a rede e uma série de eventos formativos a serem desenvolvidos durante o ano de 2024.

6. Colaboração com outras iniciativas de formação sobre o trabalho e a jurisprudência da Corte Interamericana

Além do trabalho de capacitação mencionado, realizado diretamente pela Corte IDH, outras iniciativas de formação em direitos humanos foram apoiadas, destacando-se as seguintes.

6.1 Diploma de Formação no Sistema Interamericano de Direitos Humanos “Héctor Fix Zamudio”

No âmbito de um Acordo de Colaboração assinado em 2013 e renovado em 2021 entre a Secretaria Geral da Organização dos Estados Americanos e a Universidad Nacional Autónoma do México, o Instituto de Pesquisas Jurídicas da UNAM, em coordenação com o Escritório de Advocacia Geral da mesma instituição, a Comissão Interamericana de Direitos Humanos, a Corte, o Escritório no México do Alto Comissariado das Nações Unidas e o Comitê Internacional da Cruz Vermelha, realizou-se a edição 2023 do Diploma de Formação no Sistema Interamericano de Direitos Humanos “Héctor Fix Zamudio”.

O Diploma Fix Zamudio é uma atividade de formação especializada e de alto nível acadêmico no Sistema Interamericano de Direitos Humanos para estudantes, membros de organizações da sociedade civil, funcionários públicos e qualquer pessoa interessada no tema.

6.2. Celeiro Latino-Americano de Direitos Humanos

O Celeiro Latino-Americano de Direitos Humanos foi realizado em 2023, oferecendo a jovens da América Latina e do Caribe a oportunidade de se aprofundar no trabalho da Corte Interamericana de Direitos Humanos. Neste curso, abordaram-se temas fundamentais como a construção de padrões interamericanos e o diálogo jurisprudencial com os Estados e com outros sistemas de direitos humanos. Nos workshops e encontros, aprofundou-se em diferentes aspectos dos direitos humanos, particularmente sobre as reparações no Sistema Interamericano de Direitos Humanos. As sessões geraram debates valiosos que contribuíram para a difusão do Sistema Interamericano de Direitos Humanos. Esta iniciativa, impulsionada pela Corte IDH, pelo Centro de Direitos Humanos da Universidade de Buenos Aires e pelo Programa Estado de Direito para a América Latina da Fundação Konrad Adenauer, alcançou seu objetivo de aproximar os jovens da jurisprudência da Corte Interamericana de Direitos Humanos.

D. | Publicações

Em 2023, a Corte trabalhou na produção e edição de 9 novas publicações e prestou apoio ao início de uma série de publicações da Suprema Corte de Justiça do México e de uma publicação elaborada pelo Estado da Costa Rica.

1. Memória de Inauguração do Ano Judiciário Interamericano 2023

A Corte elaborou a memória do evento de inauguração do Ano Judiciário Interamericano, realizado em 7 de fevereiro de 2023. Este texto reúne os discursos proferidos durante a Cerimônia de Inauguração, que foram conduzidos pelo então Presidente do Tribunal, Juiz Ricardo C. Pérez Manrique; pelo Vice-Presidente da República da Costa Rica, Stephan Brunner Neibig; pela Presidenta do Superior Tribunal de Justiça do Brasil, Ministra Maria Thereza Rocha de Assis Moura, e pelo ex-Presidente da Corte Interamericana de Direitos Humanos, Sergio García Ramírez. A memória foi publicada em 8 de dezembro de 2023 e divulgada nas redes sociais da Corte.

2. Cadernos de Jurisprudência da Corte Interamericana de Direitos Humanos

Os Cadernos de Jurisprudência da Corte são um importante instrumento de capacitação e difusão da Jurisprudência do Tribunal e são utilizados como material de trabalho nas crescentes atividades de formação do Tribunal, bem como nos trabalhos realizados por diversos tribunais, instituições e organizações da região. Eles desempenham uma função pedagógica em benefício dos atores, usuários e demais interessados no Sistema Interamericano de Direitos Humanos e no acesso à justiça internacional, fortalecendo a visibilidade do trabalho do Tribunal.

Atualmente, a série conta com 40 edições em espanhol e 5 em português. Além disso, em 2023 foram feitas revisões dos Cadernos, continuando com seu processo de melhoria e foram avançadas as atualizações dos Cadernos de Nicarágua, Honduras, Bolívia e Guatemala, entre outros.

3. Série Supervisão de Cumprimento de Reparações e Impacto das Sentenças da Corte IDH

Em 2023, a Corte iniciou a publicação da série “Supervisão de Cumprimento de Reparações e Impacto das Sentenças da Corte IDH”, dirigida a difundir a Jurisprudência do Tribunal sobre Supervisão de Cumprimento de Sentenças, sistematizando-a por tipos de reparações. Com isso, busca-se dar a conhecer quais são as ações, normas, decisões internas e políticas públicas implementadas pelos Estados para dar cumprimento às reparações ordenadas. A sistematização dessa informação também oferece a possibilidade de identificar, de forma comparada, quais são as boas práticas ou mecanismos internos mais eficazes para dar cumprimento aos diferentes tipos de reparações, que poderiam ser replicados em outros Estados.

Esta série também promove informações sobre o impacto da Jurisprudência da Corte Interamericana. Para isso, identificam-se decisões judiciais e normas internas nas quais os padrões convencionais desenvolvidos pela Corte IDH em suas Sentenças são incorporados no âmbito interno de outros Estados que não eram parte nesses Casos Contenciosos. Assim, evidenciam-se os importantes temas em que se produziram diálogos construtivos entre o Tribunal Internacional e os órgãos e instituições internas, e demonstra-se o impacto que têm as Sentenças da Corte IDH na concretização de mudanças estruturais que permitem proteger e garantir os direitos humanos consagrados na Convenção Americana sobre Direitos Humanos e outros tratados interamericanos além do caso concreto.

Em 2023, foram publicados os dois primeiros textos desta série, elaborados com o apoio do Instituto Max Planck de Direito Público Comparado e Direito Internacional.

3.1. Reparaciones relativas a anular sentencias internas e criar mecanismos de reabertura de procesos judiciales

Esta publicação aborda duas medidas de reparação distintas:

- a. A medida de restituição relativa a anular sentenças internas declaradas inconventionais pelo Tribunal e eliminar os respectivos antecedentes policiais, judiciais, administrativos ou penais existentes contra as vítimas. Este tipo de medida é ordenado em casos em que as violações ocorreram em processos e sentenças contra as vítimas de forma violatória a direitos como a liberdade de pensamento e expressão, o direito de defesa e o princípio da legalidade.
- b. A garantia de não repetição relativa a criar mecanismos que permitam a reabertura de investigações ou processos judiciais quando a Corte IDH tenha declarado que o Estado não cumpriu a obrigação de investigar violações de direitos humanos. Este tipo de medida foi ordenado, pela primeira vez em 2022, em casos em que a violação dos direitos às garantias e à proteção judiciais ocorreu porque o Estado falhou na obrigação de investigar mortes e torturas perpetradas contra as vítimas.

3.2 Reparação relativa a adequar o Direito Interno aos padrões convencionais sobre o direito de recorrer da decisão perante juiz ou tribunal superior

Esta publicação constitui o segundo número da série e aborda o direito de recorrer da decisão perante juiz ou tribunal superior, consagrado no artigo 8.2.h) da Convenção Americana, e a garantia de não repetição relativa a adequar a ordem jurídica dos Estados aos padrões convencionais sobre tal direito, cujo cumprimento permite uma mudança estrutural para que os Estados assegurem uma adequada proteção e garantia desse direito.

4. Colaboração com Estados parte em matéria de publicações

4.1. Infografia do Caso Guevara Díaz Vs. Costa Rica

Nos últimos anos, a Corte Interamericana criou e publicou infografias sobre algumas das decisões do Tribunal com o objetivo de alcançar, de forma acessível, um público maior, especialmente as pessoas que não têm formação jurídica nem profundos conhecimentos sobre direitos humanos. As infografias são instrumentos que representam graficamente e visualmente as informações e dados mais importantes das Sentenças e Pareceres Consultivos do Tribunal, combinando diferentes elementos de imagem e texto que resumem e simplificam as decisões da Corte IDH. Esta linha de publicações visa alcançar o público não habitual da Corte Interamericana e complementar as demais publicações — como os livros institucionais e Cadernos de Jurisprudência — que são dirigidas a um público especializado.

Em 2023, em resposta ao pedido do Estado da Costa Rica, a Corte IDH prestou assessoria e colaborou na elaboração de uma infografia realizada pelo Ministério das Relações Exteriores e Culto desse país sobre o Caso Guevara Díaz Vs. Costa Rica. É importante destacar que esta publicação não foi ordenada pela Corte Interamericana em sua Sentença, mas trata-se de uma difusão adicional proposta pelo Estado que permite uma sensibilização da sociedade e de outros funcionários públicos, complementar à capacitação de funcionários do Ministério da Fazenda ordenada na decisão. A infografia foi apresentada em 21 de junho de 2023 na Chancelaria e está disponível no site do Ministério das Relações Exteriores e Culto da Costa Rica.

4.2 Linha de Precedentes da Corte Interamericana de Direitos Humanos – SCJN México

Em 7 de dezembro de 2023, foi realizada a publicação do primeiro número da série Linha de Precedentes da Corte Interamericana de Direitos Humanos N° 1 Independência Judicial, trabalho da Suprema Corte de Justiça da Nação do México, que contou com o apoio da Secretaria do Tribunal. Esta coleção complementa os Cadernos de Jurisprudência da Corte IDH.